

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCOSUL SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 087/2021
Data: 09/06/2021**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS PROMETEM GREVE POR VACINA CONTRA A COVID-19	3
PORTUÁRIOS DE SANTOS ENTRE 25 E 29 ANOS PODEM SE VACINAR CONTRA A COVID-19 NESTA QUINTA	4
PORTAL PORTO GENTE	5
ELEVAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS ESTIMULA INVESTIDOR A PRESTAR MAIS ATENÇÃO À RENDA FIXA	5
ISTOÉ - DINHEIRO	6
ALTA É PASSAGEIRA E IPCA FECHARÁ ANO DENTRO DA META, DIZ SECRETÁRIO DE GUEDES.....	6
ANVISA CONCEDE CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA VACINA COVAXIN CONTRA COVID-19	7
VOLUME EMBARCADO DE CARNE DE FRANGO SOBE 3,7% EM MAIO ANTE MAIO DE 2020, DIZ ABPA.....	7
MONEYTIMES	8
MESMO COM FREIO DA CHINA, ALTA DE PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL DEVE CONTINUAR	8
ELCIO FRANCO NEGA QUE COMPRA DA CORONAVAC TENHA SIDO CANCELADA APÓS DECLARAÇÕES DE BOLSONARO.....	9
EXPORTAÇÕES ALEMANHA TÊM LEVE AUMENTO EM ABRIL	10
EXTRA ONLINE	10
REFORMA ADMINISTRATIVA: COMISSÃO ESPECIAL TERÁ TODOS OS PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA.....	10
APÓS GUEDES FALTAR À AUDIÊNCIA, COMISSÃO APROVA CONVOCAÇÃO PARA MINISTRO EXPLICAR DISTORÇÕES DA PREVIDÊNCIA	11
ESTADO DE MINAS - MG	12
MINAS QUER ATRAIR R\$ 26 BI COM FERROVIAS	12
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	13
MARCOS ROGÉRIO ACATA MP DA ELETROBRAS APROVADA NA CÂMARA.....	13
SIEMENS ENERGY E MITSUBISHI ELETRIC QUEREM SUBSTITUIR GÁS DE EFEITO ESTUFA EM SISTEMAS DE ALTA TENSÃO.....	15
JORNAL O GLOBO – RJ	16
CADE APROVA, SEM RESTRIÇÕES, VENDA DE REFINARIA DA PETROBRAS PARA FUNDO ÁRABE MUBADALA.....	16
GOVERNO LIBERA R\$ 3,1 BILHÕES DO ORÇAMENTO; METADE DOS RECURSOS VAI PARA EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA	17
‘SUPERVIA CHEGOU AO LIMITE’, DIZ PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS DO RIO SOBRE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	18
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	20
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COLOCA EM RISCO MILHÕES DE EMPREGOS NO SETOR DE PETRÓLEO	20
ELETRONUCLEAR FICA LIVRE DE MULTA POR ATRASOS NO INÍCIO DA OPERAÇÃO DE ANGRA 3	21
VALOR ECONÔMICO (SP)	22
AUSTRALIANA KAROON PLANEJA AMPLIAR PRODUÇÃO NO BRASIL	22
SECA NO TIETÊ-PARANÁ DEVERÁ AFETAR ESCOAMENTO DE GRÃOS DE GOIÁS	24
AGÊNCIA VÊ BRASIL BEM POSICIONADO EM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	25
PORTAL PORTOS E NAVIOS	26
ARRENDATÁRIOS TERÃO PALAVRA FINAL NA RENOVAÇÃO COM NOVOS CONCESSIONÁRIOS	26
GOVERNO ANALISARÁ RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO EM DESESTATIZAÇÕES CASO A CASO.....	27
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	29
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	29



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CAMINHONEIROS DO PORTO DE SANTOS PROMETEM GREVE POR VACINA CONTRA A COVID-19

Profissionais autônomos pretendem cruzar os braços nesta quinta-feira (10)

Por: **Fernanda Balbino**



Categoria se diz cansada de esperar para entrar no cronograma de vacinação - Foto: Gervásio Batista/Agência Brasil

Cansados de esperar por um posicionamento do Governo Federal sobre a vacinação contra a covid-19, os caminhoneiros autônomos do Porto de Santos prometem cruzar os braços por 24 horas nesta quinta-feira (10). O plano foi anunciado pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de

Bens da Baixada Santista (Sindicam) e mais 15 entidades que representam a categoria. Caso não sejam atendidos, a ideia é repetir o movimento.

Até agora, foram vacinados os portuários avulsos, os funcionários de terminais, da autoridade portuária e de órgãos anuentes. Porém, diante dos anúncios de que todos os envolvidos nas atividades do Porto serão imunizados, os caminhoneiros aguardam a vez, assim como diversas outras categorias. Entre elas, estão agentes de navegação, fornecedores de bordo e vistoriadores de navios.

“Devido ao nosso descontentamento em relação ao descaso que vem ocorrendo por parte do governo federal, estadual e municipal para esta categoria de caminhoneiros autônomos, que até a presente data não foi apresentado um plano de vacinação para os mesmos, estamos convocando toda a categoria para a realização de uma paralisação de advertência de 24 horas”, afirmou a diretoria do Sindicam, em ofício enviado à comunidade portuária.

De acordo com o presidente da Associação dos Caminhoneiros do Estado de São Paulo (Acesp), Alessandro Viviani, o objetivo da paralisação é chamar a atenção das autoridades. “Todo aquele trabalho atendido pelo caminhoneiro autônomo de Santos, seja de vazio ou de cheio, será paralisado”.

Presidente da Câmara Municipal de Guarujá, José Nilton Lima de Oliveira (PSB), o Doidão, também apoia o movimento. “O Governo Federal esqueceu de estender a vacina aos caminhoneiros. Em Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), onde nem tem porto, já estão sendo vacinados. Em Santos, que tem o maior porto, quase 8 mil caminhoneiros que fazem retirada de contêineres e escoamento da produção, não foram contemplados”, afirmou.

O parlamentar, que também é presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Contêineres do Litoral Paulista (Sindcon), afirmou que o plano não é bloquear o acesso ao Porto. “Não é sábio adotar uma linha de confronto. Somos donos dos nossos caminhões. É só ficarmos em casa que os armadores e terminais vão sentir e fazer pressão”.

A paralisação dos caminhoneiros é mais um movimento de trabalhadores do Porto pela imunização contra a covid-19. Primeiro, os guardas portuários protestaram e conseguiram ser vacinados junto com os demais profissionais que atuam no Sistema Unificado de Segurança Pública.

Depois, trabalhadores avulsos ameaçaram uma paralisação e fizeram diversas manifestações. Eles também conseguiram a imunização em campanha iniciada no último dia 1º.

Repercussão

Procurado, o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) apontou que a paralisação pode causar um “grande impacto” ao Porto de Santos.

“O Sopesp apoia a vacinação para todos os brasileiros e acredita que o melhor caminho é o diálogo entre a categoria e o Ministério da Infraestrutura. Acreditamos que assim, uma solução seja encontrada”, destacou a entidade, em nota.

Já, segundo o Ministério da Infraestrutura, a manifestação prevista “não vai impactar nas operações do Porto de Santos”. A pasta informou que “aguarda o desdobramento do movimento para avaliar as reivindicações que poderão ser feitas”.

Para o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, a paralisação vai afetar, principalmente, a movimentação dos contêineres vazios para os terminais e no granel sólido. “Se for um movimento que se alastre por muito tempo, aí sim, podem surgir reflexos operacionais”.

Mesmo ciente das ameaças dos caminhoneiros, a Autoridade Portuária de Santos (APS) afirmou que só se manifesta sobre fatos e não se antecipará a comentar o movimento.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2021

PORTUÁRIOS DE SANTOS ENTRE 25 E 29 ANOS PODEM SE VACINAR CONTRA A COVID-19 NESTA QUINTA

Imunização para os trabalhadores do cais santista também segue em Guarujá e Cubatão

Por: Fernanda Balbino -



Vacinação para portuários de 25 a 29 anos ocorre nesta quinta (10) - Foto: Alexander Ferraz/AT

A imunização dos trabalhadores do Porto de Santos contra a covid-19 será retomada nesta quinta-feira (10) em Santos para profissionais entre 25 e 29 anos. Quem tem até 59 anos e ainda não tomou a vacina também pode garantir a primeira dose. A vacinação também continua em Guarujá e Cubatão

Em Santos, até agora, foram imunizados 9.592 profissionais do cais santista. Apenas ontem, foram 2.609 vacinados. Trabalhadores avulsos com registro no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) ou vinculados a terminais portuários devem ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia.

Nesta quinta, será aberta a vacinação para o público entre 25 e 29 anos. Porém, de acordo com a Prefeitura de Santos, quem não conseguiu se vacinar na semana passada, também pode buscar o imunizante contra a covid-19.

Já para os que atuam Autoridade Portuária de Santos, o imunizante continua disponível em um posto na sede da estatal, que fica na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves s/nº, no Macuco. também das 9h às 15h.

Doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, remanescentes da vacinação deste público, são utilizadas agora para contemplar os trabalhadores. O mesmo acontece em Guarujá



Na cidade que abriga a Margem Esquerda do Porto, a imunização também continua. Os trabalhadores que atuam na Margem Esquerda devem ir ao Ginásio de Esportes Guaibê, na Avenida Santos Dumont, 420, no bairro Santo Antônio. O horário é das 8 às 16 horas.

Para quem preferir, a Prefeitura disponibilizou o drive thru, das 9 às 15 horas. De acordo com a Prefeitura de Cubatão, a vacinação também continua nesta semana. Lá, foram oferecidas 48 doses, mas aqueles que ainda não imunizaram podem procurar o posto de vacinação no Parque Anilinas. Ele funciona nos dias úteis, das 9 às 15 horas. O endereço é Avenida Nove de Abril, s/nº, no Centro.

O que levar

Para se vacinar, o portuário precisa levar documento com foto e CPF. As secretarias municipais de Saúde montaram o esquema de vacinação com base em listas enviadas pela Autoridade Portuária, Ogmo e Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp). Só será vacinado quem estiver com o nome nas listas, que estarão disponíveis nos dois locais de vacinação.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2021



Fazendo o mundo mais ágil.

PORTAL PORTO GENTE

ELEVAÇÃO DA TAXA BÁSICA DE JUROS ESTIMULA INVESTIDOR A PRESTAR MAIS ATENÇÃO À RENDA FIXA

Assessoria de Comunicação

LCIs e CDBs de bancos digitais costumam oferecer retornos maiores. É preciso pesquisar antes de investir

A decisão do Conselho Nacional de Política Monetária (Copom) do Banco Central de continuar elevando a taxa básica de juros (Selic) tem levado os investidores a voltar a atenção às oportunidades em renda fixa. “Com a alta volatilidade do mercado de renda variável neste período de pandemia, a renda fixa é a opção mais segura. Mas a elevação dos juros melhorou também a rentabilidade, tornando esta modalidade de investimento mais atrativa”, explica Renato Andrade Negrão, Head de Produtos Digitais do Banco Bari.

Primeiro, é importante entender por que, após seis anos realizando cortes sucessivos na taxa Selic, o Copom decidiu novamente elevá-la, movimento iniciado em março. Em maio, houve nova elevação, de 0,75 ponto percentual, e a taxa básica de juros passou para 3,5% a.a. “O principal motivo que tornou necessária a elevação é a aceleração da inflação. O IPCA acumulado entre abril de 2020 e março de 2021 ficou em 6,10%, indicando que a meta inflacionária do ano poderá ser ultrapassada. Este movimento de elevação dos juros pode não ter parado por aqui e algumas projeções já indicam a Selic ultrapassando 6% a.a. em dezembro”, alerta Negrão.

Quando um movimento de elevação dos juros acontece, os investidores voltam a olhar com mais atenção para aplicações indexadas a juros ou a outros indicadores, com uma taxa de juros como prêmio. Bons exemplos são as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e os Certificados de Depósito Bancário (CDBs). Neste cenário, em que há tendência de crescimento das taxas de juros, a melhor estratégia é investir em títulos de renda fixa pós-fixados indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que é a taxa das transações entre os bancos. Negrão detalha, que, desta forma, a aplicação acompanhará a curva de juros crescente.

O especialista lembra que, em um ambiente como o atual, os bancos calibram quase que diariamente as taxas oferecidas por seus investimentos. Por isso, é importante fazer uma comparação antes de investir, aproveitando ofertas mais vantajosas. “A rentabilidade oferecida pelos bancos menores ou digitais costuma ser significativamente maior do que a dos bancos tradicionais. Por isso, vale a pena pesquisar”, explica.

Veja outras dicas do Banco Bari para seus investimentos;

- Uma carteira de investimentos ideal deve ter diversificação de aplicações de renda fixa ou variável, conforme o perfil, idade e objetivos do investidor;
- A parcela dos investimentos voltada para situações de emergência deve ficar concentrada em aplicações de renda fixa, com liquidez diária ou prazos de vencimento mais curtos (3 meses, por exemplo). Assim, se precisar resgatar recursos, não haverá perda de rentabilidade;
- Na hora de aplicar, vale comparar não apenas a rentabilidade oferecida, mas verificar se o investimento é isento ou não do Imposto de Renda. Isto porque a taxaçoão pode reduzir significativamente o rendimento líquido. Um bom exemplo são as Letras de Crédito Imobiliário, que não pagam imposto. Ou seja: o retorno do investimento será integral;
- Há aplicações de renda fixa tão seguras quanto a caderneta de poupança, mas que oferecem melhor rentabilidade. Uma boa pedida é verificar se a aplicação tem cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). É o caso de LCIs e, também, dos Certificados de Depósito Bancário (CDBs) até o limite de R\$ 250 mil por CPF em um mesmo banco.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 09/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

ALTA É PASSAGEIRA E IPCA FECHARÁ ANO DENTRO DA META, DIZ SECRETÁRIO DE GUEDES

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse ao jornal O Estado de S. Paulo que está seguro de que a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será passageira e que o índice terminará o ano dentro da meta de inflação, com o trabalho do Banco Central e o avanço da agenda de reformas.

Para ele, a inflação mais alta, divulgada nesta quarta-feira, reforça a necessidade de “ancoragem” das expectativas do lado fiscal (contas públicas) da economia e de avanço na agenda de reformas pró-mercado.

“A agenda de privatizações e concessões e abertura econômica é um poderoso estímulo ao aumento da concorrência, melhora da eficiência econômica e redução de preços ao consumidor”, ressaltou Sachsida.

A inflação surpreendeu em maio e ficou mais alta do que o esperado. O IPCA apresentou alta de 0,83% em relação ao mês anterior. A média esperada era de 0,71%. Em 12 meses, a inflação está rodando em 8,06%.

O secretário disse que o processo de consolidação fiscal produz o ambiente necessário para ancorar expectativas e manter estável a trajetória inflacionária.

Ele contestou a avaliação de que a inflação mais alta facilita o ajuste fiscal ao turbinar as receitas. “Inflação não ajuda, sempre atrapalha. No médio prazo, isso tudo é perdido com uma estrutura produtiva prejudicada pela inflação e pela indexação dela decorrente”, justificou.

Sachsida disse ainda que a inflação vai ceder com o governo “fazendo a sua parte”.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 09/06/2021

ANVISA CONCEDE CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO PARA VACINA COVAXIN CONTRA COVID-19

Por Ricardo Brito



Vacinação contra Covid-19

BRASÍLIA (Reuters) – A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu o certificado de boas práticas de fabricação das plantas envolvidas em todo o processo produtivo da vacina contra Covid-19 Covaxin, da empresa Bharat Biotech International Limited, localizada em Hyderabad, na Índia.

A unidade é fabricante do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e também da vacina acabada Covaxin.

No final de março, o órgão regulador brasileiro havia negado o certificado.

No início daquele mês, o laboratório brasileiro Precisa Medicamentos, que tem acordo com o Bharat, havia pedido à Anvisa autorização para uso emergencial da Covaxin no Brasil.

Em fevereiro, o Ministério da Saúde tinha anunciado a assinatura de contrato com a Precisa Medicamentos para a entrega de 20 milhões de doses da vacina contra Covid-19 entre março e maio. Mas a concretização do uso do imunizante do país com aval emergencial só poderia ocorrer, no entanto, a partir da autorização da Anvisa.

Na ocasião, a Anvisa divulgou nota em que afirmara ter detectado uma série de não conformidades na análise que fez da fábrica da Bharat localizada na Índia.

No comunicado desta quarta, a agência disse que a certificação tem validade por dois anos e foi emitida após a empresa ter realizado “os ajustes relacionados às não conformidades detectadas na inspeção realizada por técnicos da Agência no período de 1º a 5 de março deste ano”.

IMPORTAÇÃO

A Anvisa ressaltou que o certificado não tem ligação com a decisão da diretoria colegiada da sexta-feira passada que autorizou a importação excepcional de vacinas da Covaxin.

“A certificação não é pré-requisito para os pedidos de autorização de uso emergencial de vacinas contra a Covid-19, tampouco para a importação excepcional. Nesses casos, é realizada uma verificação de requisitos mínimos de BPF, de qualidade, segurança e eficácia e cumprimento dos critérios legais”, disse.

“A certificação é, sim, pré-requisito para o registro da vacina e engloba uma análise mais aprofundada e completa de todos os requisitos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 301/2019”, concluiu o comunicado.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 09/06/2021

VOLUME EMBARCADO DE CARNE DE FRANGO SOBE 3,7% EM MAIO ANTE MAIO DE 2020, DIZ ABPA

São Paulo, 9 – As exportações de carne de frango in natura e processada do Brasil em maio totalizaram 414,3 mil toneladas, aumento de 3,7% em comparação com igual mês de 2020, de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), divulgado nesta quarta-feira. A receita subiu 20,1% na mesma comparação, passando de US\$ 546,3 milhões para US\$ 656,3 milhões.

No acumulado dos cinco primeiros meses de 2021, o País exportou 1,846 milhão de toneladas, 4,6% a mais do que em igual intervalo de 2020, quando foram embarcadas 1,764 milhão de toneladas. A receita cambial é 4,8% superior na mesma comparação, para US\$ 2,826 bilhões.

O Estado que mais exportou até o fim de maio foi o Paraná, com 737,1 mil toneladas (alta anual de 6,5%), seguido por Santa Catarina, que embarcou 399,9 mil toneladas, queda de 5,47%. A terceira posição é do Rio Grande do Sul, cujas exportações somaram 287,8 mil toneladas de janeiro a maio, 2,31% a mais do que no ano passado.

Entre os destinos, a associação destacou as Filipinas, que importaram 61,9 mil toneladas de carne de frango do Brasil no ano, 65,3% a mais do que em igual período de 2020; a Rússia, com 42,8 mil toneladas (alta de 33,6%); o Reino Unido, com 41,7 mil toneladas (alta de 41,4%); e o Chile, que adquiriu 39,7 mil toneladas, ganho de 152,9%.

O presidente da ABPA, Ricardo Santin, afirmou, em nota, que o ritmo acelerado de vendas para o mercado externo tem ajudado a equilibrar a pressão decorrente dos altos custos de produção para as empresas que são habilitadas a exportar. “As nações importadoras seguem com boa demanda, e o produto brasileiro manteve-se competitivo no exterior, mesmo sendo abastecido por grãos caros”, avalia.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

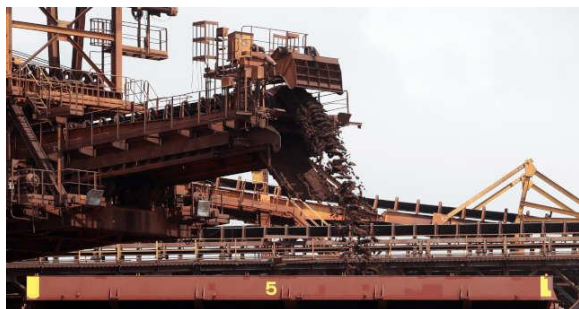
Data: 09/06/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

MESMO COM FREIO DA CHINA, ALTA DE PREÇOS DO MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL DEVE CONTINUAR

Por Renan Dantas



Os valores já começam a serem negociados com prêmios acima da média histórica afirmou a Ágora (Imagem: REUTERS/Paulo Whitaker)

A China está emprenhada em colocar um freio de arrumação nos preços do minério de ferro, que tocaram em máximas históricas neste ano impulsionada pela alta demanda. Até o momento, parece que as medidas vêm dando resultados.

No mercado doméstico, o cenário é um pouco diferente: de acordo com a Platts, para o mês de junho e julho as siderúrgicas brasileiras anunciaram um amplo reajuste de preços: CSN (CSNA3) (7,5% em junho e 7,5% em julho), Usiminas (USIM5) (10% para BQ – laminado a quente) e BF (laminado a frio) e 15% para revestidos, e Gerdau (GGBR4) (6% para BQ e chapa grossa, com possibilidade de acréscimo de 4% em julho).

Segundo a Ágora Investimentos, a diferença entre os preços das fábricas e a distribuição pode ultrapassar de 50%.

Ainda de acordo com os analistas Thiago Lofiego e Luiza Mussi, até o momento, a demanda saudável e os longos prazos de entrega estão levando as siderúrgicas domésticas a continuar pressionando por aumentos de preços em junho e julho.

Porém, os valores já começam a serem negociados com prêmios acima da média histórica (cerca de 20% para aços planos e 23% para aços longos).

“Em nossa opinião, isso pode dificultar a implementação de novas iniciativas de preços / atrair mais importações”, disseram.

Fonte: MoneyTimes

Data: 09/06/2021

ELCIO FRANCO NEGA QUE COMPRA DA CORONAVAC TENHA SIDO CANCELADA APÓS DECLARAÇÕES DE BOLSONARO

Por Reuters

O ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco sustentou nesta quarta-feira em depoimento à CPI da Covid no Senado que não houve cancelamento das tratativas para a aquisição de vacinas CoronaVac após declarações do presidente Jair Bolsonaro dizendo que não as compraria e negou ter recebido qualquer ordem para suspendê-las.

“Essas negociações não foram canceladas”, disse o depoente à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), garantindo que elas “se mantiveram” e que não recebeu ordem para interrompê-las.

Em outubro do ano passado, após reunião com 27 governadores, o então ministro da Saúde Eduardo Pazuello anunciou a assinatura de protocolo de intenções para adquirir 46 milhões de doses da CoronaVac, que à época passava por testes no Brasil liderados pelo Instituto Butantan, do governo de São Paulo.

No dia seguinte, no entanto, Bolsonaro desautorizou Pazuello e afirmou, em publicação no Facebook, que a vacina não seria comprada, em resposta a apoiador que criticava a origem chinesa da vacina. Em outra publicação na rede social, o presidente apontou que ela ainda não contava com autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e disse que “o povo brasileiro não será cobaia de ninguém”.

Horas depois, no Ministério da Saúde, o então secretário-executivo, Elcio Franco, leu comunicado que contrariava anúncio da véspera e dizia que “não houve qualquer compromisso com o governo do Estado de São Paulo ou seu governador, no sentido de aquisição de vacinas contra Covid-19”. Franco afirmou ainda na ocasião que não há qualquer intenção de comprar vacinas oriundas da China.

Agora, à CPI Elcio Franco disse que a carta de intenções anunciada por Pazuello continuou vigente e destacou não haver qualquer documento que registre a intenção de não prosseguir com as negociações.

“A carta de intenção de outubro continuou vigente”, garantiu.

Em depoimento à CPI, o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas afirmou que as negociações ficaram paralisadas após a intervenção do presidente da República e avaliou que o atraso na negociação em um contexto mundial de forte demanda e oferta limitada, acabou por resultar em um cronograma de entrega de doses diferente do originalmente sugerido na proposta inicial.

Questionado pelo relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), Franco disse nesta quarta que a demora na assinatura da compra de vacinas da CoronaVac, o que só ocorreu em janeiro, deveu-se a entraves legais.

Explicou, também, que no decorrer das negociações, nos meses anteriores, a vacina ainda passava pela fase 3 dos estudos clínicos, que poderiam mostrá-la ineficaz. Também afirmou que não havia “aderência legal” para a encomenda tecnológica para a produção do imunizante.

Sobre a Astrazeneca, também em fase 3, à época, Franco explicou que apesar do risco de insucesso da vacina, ela era uma das mais avançadas e oferecia condições de encomenda tecnológica.

Fonte: MoneyTimes

Data: 09/06/2021

EXPORTAÇÕES ALEMANHA TÊM LEVE AUMENTO EM ABRIL

Por Reuters



Exportações

As exportações com ajuste sazonal aumentaram 0,3% no mês, após um aumento revisado para cima de 1,3% em março, informou a Agência Federal de Estatísticas da Alemanha nesta quarta-feira (Imagem: Pixabay)

As exportações alemãs aumentaram em abril, impulsionadas pelo crescimento do comércio com os Estados Unidos, sugerindo uma recuperação contínua na maior economia da Europa.

As exportações com ajuste sazonal aumentaram 0,3% no mês, após um aumento revisado para cima de 1,3% em março, informou a Agência Federal de Estatísticas da Alemanha nesta quarta-feira.

“Depois de 11 aumentos consecutivos, o setor de exportação pode pegar leve. Especialmente porque suas perspectivas continuam positivas”, disse Alexander Krueger, do Bankhaus Lampe.

As exportações para os Estados Unidos aumentaram 59,9% em relação a abril do ano passado, logo após a Alemanha impor seu primeiro lockdown para conter o coronavírus.

No ano, as exportações para a China cresceram 16% enquanto os envios para o Reino Unido aumentaram 64%, o primeiro aumento desde o início do ano e da conclusão do Brexit, com a saída do Reino Unido da União Europeia.

As importações caíram 1,7% após um aumento de 7,1% no mês anterior, à medida que mais empresas alemãs relataram gargalos e aumento nos custos das matérias-primas.

“A escassez de materiais e a falta de produtos preliminares estão pesando na produção industrial”, disse Thomas Gitzel, do VP Bank.

Pesquisa da Reuters apontava um aumento de 0,5% nas exportações e queda de 1,1% nas importações. O superávit da balança comercial foi de 15,9 bilhões de euros, ante 14 bilhões de euros em março.

Fonte: MoneyTimes

Data: 09/06/2021



EXTRA ONLINE

REFORMA ADMINISTRATIVA: COMISSÃO ESPECIAL TERÁ TODOS OS PARTIDOS COM REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA



O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

A comissão especial da Câmara dos Deputados que vai analisar a reforma administrativa será instalada nesta quarta-feira (dia 9) e terá participação de todos os partidos com representação na Casa, afirmou o presidente Arthur Lira (PP-AL) no Twitter. Nesta terça-feira,

ele se reuniu com líderes para definir o cronograma de discussão da proposta do governo, que pretende alterar regras para futuros servidores.

No encontro, o líder do Novo, Vinícius Poit (SP), cobrou empenho do governo na aprovação do texto. Outros parlamentares pediram a votação do projeto de lei 726/2016, que combate os supersalários no funcionalismo público, antes da análise da reforma administrativa.

Pelo regimento interno da Câmara, quatro legendas ficariam de fora da comissão: PV, PSOL, Patriota e Cidadania. De acordo com Lira, a distribuição das vagas será feita de forma que todos tenham vez. "É a Câmara do Nós", escreveu na rede social.

A eleição dos membros (34 titulares e 34 suplentes) e do presidente da comissão, bem como a designação do relator, também serão feitas nesta quarta-feira, segundo o deputado. A presidência deverá ficar com Fernando Monteiro (PP-PE), e a relatoria, com Arthur Maia (DEM-BA), conforme acordo selado pelos líderes na reunião.

Depois de ser analisada pela comissão especial, a reforma administrativa deverá ser discutida no plenário da Câmara dos Deputados, em dois turnos, antes de ser encaminhada ao Senado.

Fonte: *Extra Online*
Data: 09/06/2021

APÓS GUEDES FALTAR À AUDIÊNCIA, COMISSÃO APROVA CONVOCAÇÃO PARA MINISTRO EXPLICAR DISTORÇÕES DA PREVIDÊNCIA

Por *Fernanda Trisotto*



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento no Palácio do Planalto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento no Palácio do Planalto. Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

Após o ministro da Economia, Paulo Guedes, não comparecer à sessão da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados para tratar de possíveis distorções da Previdência nesta quarta-feira, o colegiado aprovou uma convocação para o ministro.

A convocação obriga o ministro a comparecer ao encontro dentro de um prazo de até 30 dias, mas a comissão ainda não definiu qual será a nova data.

Inicialmente, Guedes compareceria a uma reunião da comissão no dia 4 de maio, mas acabou participando de uma audiência conjunta de vários colegiados da Câmara na mesma data. Naquela ocasião, ficou definida a data de 9 de junho para esse encontro, de acordo com presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

O compromisso não constava na agenda de Guedes para esta quarta-feira, e o ministro apenas pediu para remarcar o compromisso. Por isso os parlamentares aprovaram a convocação, segundo o deputado.

— Ele é um ministro central para o país, numa área em que a gente tem 15 milhões de pessoas desempregadas, 40 milhões de pessoas no mercado informal e num momento muito crítico do auxílio emergencial, que não supre a necessidade da população brasileira. A gente tem que discutir alguns problemas que estão acontecendo no Brasil, como algumas divergências encontrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) — afirmou Ribeiro.

O deputado fez referência a uma avaliação do TCU, que teria identificado distorções bilionárias em projeções que o governo fez em 2020 sobre os regimes de Previdência, tanto o INSS quanto os sistemas de servidores e militares.

Procurado, o Ministério da Economia não havia comentado a razão da ausência do Guedes no encontro desta quarta-feira e a sua convocação até esta publicação.

Fonte: *Extra Online*

Data: 09/06/2021



ESTADO DE MINAS - MG

MINAS QUER ATRAIR R\$ 26 BI COM FERROVIAS

O governo de Minas Gerais assinou ontem decreto que vai viabilizar um novo regime de operação de ferrovias no Estado. A ideia é possibilitar o primeiro trecho ferroviário do País administrado no modelo de autorização, pelo qual uma empresa privada atua por conta e risco próprios.

Com o movimento, Minas Gerais se antecipa ao Congresso Nacional, que ainda não aprovou o projeto de lei que permite esse tipo de regime em ferrovias federais (mais informações nesta página). A Assembleia Legislativa do Estado já deu aval ao modelo, faltando apenas a regulamentação, despachada ontem pelo governador Romeu Zema (Novo). Minas mapeou 19 projetos que, potencialmente, podem ser operados no modelo de autorização, com investimentos estimados em R\$ 26,7 bilhões.

O governo estadual já previu qual trecho vai estrear o novo regime. São os 130 quilômetros de trilhos entre Lavras e Varginha. O projeto envolve a VLI Logística, que hoje tem a concessão desse trecho, mas abandonou sua operação, segundo o secretário estadual de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato. Em vez de pagar uma multa ao governo federal, a empresa propôs à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) revitalizar o percurso e deixá-lo pronto para Minas Gerais repassá-lo em formato de autorização a um novo operador, que já está em tratativas com o Estado.

A estimativa é de que R\$ 140 milhões sejam aplicados nessa reforma. "Conseguimos negociar com a VLI para que faça a renovação, porque a empresa tem de devolver o trecho renovado ou pagar a multa", disse Marcato. Procurada, a VLI informou que não irá se manifestar sobre o assunto no momento.

Com a estratégia, o Estado tenta tornar o trecho mais atrativo para o próximo operador privado, já que retira do futuro administrador o ônus de desembolsar o investimento. "Acho que realmente seremos o primeiro Estado a ter a primeira 'shortline' (trecho curto de ferrovia operado por autorização)", afirmou o secretário, segundo quem uma resposta da ANTT sobre o processo é esperada para julho.

De acordo com a secretaria comandada por Marcato, Minas é o primeiro Estado do País em extensão de malha ferroviária, com cerca de 16,3% de toda a rede nacional de ferrovias. O problema, no entanto, está em trechos e ramais ferroviários abandonados que poderiam atender a necessidades regionais do Estado, como no caso entre Lavras e Varginha.

O governo federal também tenta resolver esse problema por meio de projeto de lei no Congresso desde 2019, mas o texto que vai permitir a mudança de regras no setor ainda aguarda votação no Senado.

Enquanto isso, Minas procura solucionar gargalos logísticos internos, aplicando o novo regime a trilhos que ficam dentro dos limites geográficos do Estado. Quem assumir um trecho abandonado ou apresentar ao governo local projeto para construir uma ferrovia do zero, poderá operar o traçado por até 99 anos, com possibilidade de prorrogação, sem interferências de regulação econômica.

Turismo e cargas

O trecho entre Lavras e Varginha, em princípio, tem vocação para abrigar um trem turístico, mas o Porto Seco no Sul de Minas também teria interesse no traçado para transporte de cargas, segundo a secretaria do Estado. No futuro, a ligação ainda pode favorecer outro projeto, a partir de Três Corações (MG) - uma das cidades por onde passam os trilhos que conectam Lavras e Varginha - até a cidade de Cruzeiro (SP), atravessada pela ferrovia da MRS Logística.

O Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais estima que, em 2025, no trecho entre Cruzeiro e Varginha, 3,97 milhões de toneladas possam ser transportadas ao ano, com previsão de chegar a até 5,27 milhões em 2055. O destaque nos números é cargas em geral. Para viabilizar esse traçado, no entanto, o Congresso Nacional vai precisar dar aval ao regime de autorização, já que nesse caso os trilhos saem do limite mineiro e passam pelo Estado de São Paulo.

O governo de Minas prevê que, considerando os projetos que podem ser destravados no Estado com o regime de autorização, 373 mil empregos diretos e indiretos poderiam ser gerados, além de arrecadação de impostos indiretos somada em R\$ 2,8 bilhões, e de crescimento de 3% do PIB do Estado - a partir dos investimentos previstos em obras e materiais rodantes para o funcionamento das ferrovias.

Fonte: Estado de Minas - MG

Data: 09/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MARCOS ROGÉRIO ACATA MP DA ELETROBRAS APROVADA NA CÂMARA

Por epbr - 9 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação - epbr@epbr.com.br

em jogo

O relator da MP da privatização da Eletrobras (1031/21), senador Marcos Rogério (DEM/RO), sinalizou que há pouca margem para alterações no texto aprovado na Câmara dos Deputados e que as divergências que surgirem no Senado serão decididas no voto.

— “[A negociação] faz parte do processo legislativo, e o Senado não pode ter uma atuação diminuída. Mas o nosso esforço é trabalhar com base no texto que veio da Câmara, que já existe um entendimento com o governo, sem grandes alterações”, disse, após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Rogério é vice-líder do governo e foi o relator do PLS 232, da modernização do setor elétrico. É visto como um parlamentar próximo dos assuntos do mercado de energia.

— Ontem, defendeu a contratação de térmicas a gás natural, medida incluída na MP da Eletrobras e classificada pelo próprio setor elétrico como “jabuti”.

— “É preciso levar em consideração o custo do que está acontecendo hoje [durante a crise hídrica], comparando com aquilo que eventualmente vai acontecer quando tivermos esse novo cenário [de térmicas a gás contratadas]”, diz.

Relator da MP da Eletrobras defende contratação de térmicas
Calendário. O governo tem pressa, mas a votação deve ficar para semana que vem, segundo o líder no Senado, Fernando Bezerra (MDB/PE). Rogério, por sua vez, cita a possibilidade de apresentar seu relatório ainda esta semana, para uma eventual entrada da MP na pauta.

— Confiando que a MP será aprovada, o governo espera que, de fato, mudanças sejam feitas pelos senadores, forçando o reexame pelos deputados. Isto é, se votada, e mesmo que os senadores retirem os “jabutis”, a MP volta para a Câmara, que pode desfazer as alterações.

Crise hídrica. O preço da energia no mercado de curto prazo dispara e acumula alta de 40% no ano, o que pressiona diretamente os custos de grandes consumidores, como a indústria. O PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – deve atingir o teto definido pela Aneel nos próximos meses, afirmaram agentes do setor à Reuters.

— Para a segunda semana de junho, o PLD superou R\$ 270 por MWh, e segundo projeções da MegaWhat, pode atingir R\$ 584 por MWh, em julho. É o saldo da crise hídrica: menos água disponível nos reservatórios das hidrelétricas leva ao acionamento de mais termelétricas, mais caras.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, será ouvido na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados em audiência sobre os riscos de racionamento de energia e as medidas que vêm sendo tomadas pelo governo federal. epbr

Flávia Lis Pederneiras, especialista em regulação na Aneel, que atua na área de gestão tarifária, escreve sobre a importância de atualização das regras de cobrança da energia, por exemplo com a implantação da tarifa horária, em resposta às novas soluções do mercado, como a geração descentralizada.

— “As novas formas de utilização do sistema ensejam maior granularidade temporal e novas variáveis no faturamento, e isso precisa ser refletido na tarifa”, escreve.

As tarifas de energia no contexto da modernização do setor elétrico

Angra 3. A Diretoria da Aneel oficializou o perdão à Eletronuclear por atrasos em Angra 3. A usina em construção, com prazo previsto atualmente para 2026, deveria começar a gerar energia em 2016.

— Como a contratação de Angra 3 foi feita sem leilão, havia lacuna na competência da Aneel para julgar o atraso, que foi resolvida com a MP 998, da tarifa de energia, mas que antecipou questões relativas à alocação da energia da termonuclear.

— Em 2018, o CNPE dobrou o preço de referência da energia de Angra 3, para R\$ 480 por MWh, considerando a entrada em operação comercial da usina em janeiro de 2026. Broadcast

Geração distribuída. Manifestação em Brasília cobrou a aprovação do novo marco legal da geração distribuída de energia, tema que vem se arrastando na Câmara dos Deputados desde o início do ano, por falta de acordo com o Centrão.

— Em jogo, está o modelo de compensação para os consumidores que geram a própria energia. O relator, Lafayette de Andrada (Republicanos/MG) chegou a uma proposta que preserva parte dos benefícios atuais. A oposição ao projeto chama o recurso de subsídio cruzado. Entenda o impasse.

— Os manifestantes montaram um painel solar no gramado do Congresso Nacional. G1

Os preços do petróleo ganharam novo impulso com declarações do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, de que as sanções ao Irã devem perdurar, mesmo com a retomada do acordo nuclear (Reuters).

— Os contratos futuros do Brent valorizaram 1%, fechando a US\$ 72,22 o barril. O WTI subiu 1,2%, para US\$ 70,05 o barril, o maior patamar desde 2018. Nesta quarta (9), os preços seguem em alta.

Preço do óleo vegetal dispara, influenciado por demanda europeia e americana por combustíveis verdes e restrições na oferta de óleo de palma, produzido na Ásia. Acumula alta de 140% em 12 meses. Valor

— E afeta os negócios no Brasil. A elevação dos preços interrompeu o calendário de adição de biodiesel no diesel fóssil comercializado no país, com redução de 13% para 10%. A medida foi tomada no L79 e será aplicada no próximo leilão, o L80. Produtores pressionam para reverter a redução no L81.

Dieselgate. A francesa Renault anunciou que está sendo investigada por uma suposta fraude nos controles de poluição de motores a diesel de veículos antigos, mas negou quaisquer irregularidades. O Globo.

— Referência direta ao dieselgate, como ficou conhecida a investigação que mirou principalmente a alemã Volkswagen, que acabou confessando a manipulação em softwares para fraudar o controle de emissões veiculares.

Os investimentos da Karoon no campo de Baúna devem atingir US\$ 300 milhões até o começo de 2023, para revitalização do campo do pós-sal comprado da Petrobras pela operadora australiana. Um terço do aporte deve ser em intervenção em poços existentes. Valor

— Baúna será a base para desenvolvimento de outras reservas na região, como a descoberta de Patola, que deve receber US\$ 195 milhões para perfuração de ao menos dois poços e interligação com o FPSO Cidade de Itajaí.

A Polícia Federal pediu o indiciamento do senador Fernando Bezerra (MDB/PE), líder do governo no Senado. O inquérito aponta que o senador, com participação de seu filho, o deputado federal Fernando Coelho (DEM/PE), teria recebido cerca de R\$ 10 milhões das empreiteiras OAS, Barbosa Mello e Constremac/Mendes Júnior, entre 2012 e 2014.

— A defesa do senador nega as acusações: “essa investigação, nascida da palavra falsa de um criminoso confesso, é mais uma tentativa de criminalização da política, como tantas outras hoje escancaradas e devidamente arquivadas”. O Globo

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/06/2021

SIEMENS ENERGY E MITISUBISHI ELETRIC QUEREM SUBSTITUIR GÁS DE EFEITO ESTUFA EM SISTEMAS DE ALTA TENSÃO

Por Gabriel Chiappini - 9 de junho de 2021 - Em Clima, Estratégia ESG

A Siemens Energy e a Mitsubishi Electric anunciaram nesta terça (8) a assinatura de um memorando de entendimento para desenvolver soluções que substituam a utilização do hexafluoreto de enxofre (SF6) na contenção de falhas elétricas em equipamentos de transmissão e distribuição de alta tensão.

O SF6 é o gás de efeito estufa mais potente que existe, com um poder 23 mil vezes maior do que o CO2 no aquecimento global, segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Ele é utilizado na maioria das subestações do mundo como gás isolante em disjuntores.

As empresas irão pesquisar métodos para ampliar a aplicação de uma mistura pura de nitrogênio e oxigênio, chamada clean air, em sistemas de alta tensão. Inicialmente, as pesquisas começarão em disjuntores do tipo tanque morto de 245 kV.

Em várias partes do mundo, regulamentações estão sendo revisadas ou implementadas para reduzir ou proibir o uso de gases fluorados na indústria elétrica.

Nesse contexto, a iniciativa busca contribuir não só para atender os novos critérios, como também para alcançar as metas globais de neutralidade de carbono em sistemas de alta tensão.

“À luz do impulso em direção à descarbonização global, a demanda por alternativas está crescendo à medida que as operadoras buscam tecnologias que reduzam significativamente a pegada de carbono de seus sistemas”, afirmou a Siemens Energy em nota.

A empresa já possui projetos que utilizam a tecnologia na Noruega e Finlândia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

CADE APROVA, SEM RESTRIÇÕES, VENDA DE REFINARIA DA PETROBRAS PARA FUNDO ÁRABE MUBADALA

Landulpho Alves, na Bahia, é a primeira das oito unidades de refino colocadas no mercado pela estatal a ter seu contrato assinado

Por Reuters



Unidade de Craqueamento Catalítico Fluido da Rlam, refinaria da Petrobras na Bahia, que está à venda Foto: Juarez Cavalcanti / Agência O Globo

SÃO PAULO - A Petrobras teve aval do órgão brasileiro de defesa da concorrência para a operação de venda de sua refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, ao Mubadala Investment Company, fundo soberano do governo de Abu Dhabi.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a transação sem restrições, segundo publicação no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

IPCA: Inflação tem maior alta em 25 anos e chega a 8,06% em 12 meses, acima do teto da meta

A Petrobras anunciou no final de março que fechou negócio de US\$ 1,65 bilhão junto ao Mubadala pela RLAM, a primeira de oito refinarias colocadas no mercado pela estatal a ter seu contrato de venda assinado.

A operação chegou a ser questionada no Tribunal de Contas da União (TCU) por acusações de que a operação teria sido fechada por valores abaixo de mercado, mas o tribunal julgou improcedente uma denúncia nesse sentido.

Em parecer, o Cade destacou que o grupo Mubadala não atua no setor de refino no Brasil, o que faz que a transação possa ser vista como pró-competição, "por gerar desconcentração no setor de produtos derivados de petróleo".

O órgão lembrou ainda que a negociação da refinaria atendeu um termo (TCC) selado entre Cade e Petrobras mirando a diminuição da posição dominante da estatal no setor de refino.

Por esse acordo, a Petrobras tem prazo até o final do ano para concluir os desinvestimentos anunciados no setor de refino.

'Decisão equivocada'

Em nota, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) classificou como "decisão equivocada" o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica à venda da RLAM.

“O Cade mais uma vez falha diante de seu papel e não cumpre sua função. Não poderia exigir que uma empresa se desfizesse de seus ativos. Isso não existe. Ele é um órgão para regular a concentração econômica, a partir de negócios realizados pelas empresas”.

A FUP diz ainda que seus sindicatos continuarão mobilizados na luta pela suspensão da venda da RLAM, uma "operação que representa um atentado ao patrimônio nacional, lesiva aos interesses da sociedade brasileira, ao desenvolvimento regional e à economia do País”.

A FUP lembra que vem alertando, há meses, que a venda da RLAM para o Fundo Mubadala, de Abu Dhabi, anunciada no início de fevereiro, por US\$ 1,65 bilhão, abaixo do preço de mercado, representa mais um "grande desastre econômico e financeiro cometido pela gestão de Roberto Castelo Branco, demitido da presidência da Petrobras”.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/06/2021

GOVERNO LIBERA R\$ 3,1 BILHÕES DO ORÇAMENTO; METADE DOS RECURSOS VAI PARA EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Foram liberados recursos para gastos livres e investimentos que haviam sido bloqueados na sanção do Orçamento

Por Fernanda Trisotto



Governo liberou R\$ 3,1 bilhões do Orçamento Foto: Marcello Casal Jr / Agência Brasil

BRASÍLIA – O governo publicou portaria nesta quarta-feira liberando R\$ 3,1 bilhões do Orçamento. Esses recursos são para gastos livres e investimentos, e foram bloqueados para viabilizar a sanção do orçamento. Metade dos recursos liberados hoje vão para os ministérios da Educação, que receberá R\$ 900 milhões, e da Infraestrutura, que ficará com R\$ 700 milhões.

De acordo com o Ministério da Economia, o valor que está sendo liberado nesta quarta corresponde a 33,7% dos R\$ 9,2 bilhões que foram inicialmente bloqueados.

Essa abertura no Orçamento foi possível após a publicação do relatório de avaliação de receitas e despesas, no fim de maio, que indicou a possibilidade de abertura de espaço de até R\$ 4,8 bilhões no Orçamento.

A definição de quais pastas receberiam os valores foi definida pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) em 2 de junho.

Além desse desbloqueio de R\$ 3,1 bilhões, outra portaria do Ministério da Economia, publicada na segunda-feira, já havia liberado R\$ 921,9 milhões. Desse modo, o total de recursos discricionários que seguem bloqueados soma R\$ 5,23 bilhões.

Educação e Infraestrutura recebem mais recursos

Neste desbloqueio de R\$ 3,1 bilhões, duas pastas — Educação e Infraestrutura — ficaram com R\$ 1,6 bilhão do total. Os dois ministérios também tinham recebido R\$ 348,1 milhões de liberação na outra portaria.

De acordo com os dados do Ministério da Economia, os valores que haviam sido bloqueados da Infraestrutura, pasta comandada pelo ministro Tarcísio de Fretias, já foram totalmente recompostos.

A pasta já recebeu R\$ 777,8 milhões para os gastos discricionários, que envolvem despesas livres e investimento.

Já na Educação, além dos R\$ 900 milhões liberados hoje, somam-se R\$ 270,9 milhões da portaria anterior. Ainda assim, a pasta é que tem maior volume de despesas que seguem bloqueadas: R\$ 1,55 bilhão, segundo os dados da Economia.

A situação da Educação é preocupante. Como o GLOBO mostrou, quase metade — 30 de 69 — das universidades federais alertam que não vão conseguir chegar ao fim do ano com o orçamento atual, mesmo que todo ele seja desbloqueado.

Outras pastas que receberam valores mais significativos nesta rodada de desbloqueio foram Economia (R\$ 436,3 milhões), Defesa (R\$ 300 milhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 200 milhões) e Justiça (R\$ 100 milhões).

Na terça-feira, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou que a recomposição do orçamento que já havia sido promovida para a pasta, no valor de R\$ 655,1 milhões, não seria suficiente para tocar as ações programadas até o fim do ano, e que esperava por novas suplementações e desbloqueios nos próximos meses.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/06/2021

‘SUPERVIA CHEGOU AO LIMITE’, DIZ PRESIDENTE DA EMPRESA DE TRENS DO RIO SOBRE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Após pedir recuperação judicial com dívida de R\$ 1,2 bilhão, Antonio Carlos Sanches afirma que companhia tem perto de R\$ 430 milhões a receber do governo fluminense

Por Glauce Cavalcanti



Antonio Carlos Sanches, presidente da SuperVia, diz que empresa chegou ao limite Foto: Silvia Costanti / Agência O Globo

RIO - Com caixa esvaziado pela queda de receita na pandemia, somado a problemas de falta de planejamento em mobilidade urbana no Rio e da própria companhia, a SuperVia chegou ao limite, diz o presidente Antônio Carlos Sanches.

Pedir proteção judicial foi o caminho encontrado para ter fôlego e reestruturar a operação. No curto prazo, afirma o executivo, recursos que a SuperVia tem a receber do Governo do Estado são fundamentais para manter as atividades.

O que levou à recuperação Judicial?

O transporte público no Rio de Janeiro sofre há tempos com uma série de questões não resolvidas e que vão se agravando ano a ano. O maior problema é a falta de integração dos modos de transporte e na Região Metropolitana como um todo. Deveria haver uma inteligência que olhasse isso de forma integrada, projetando para o futuro, olhando as necessidades de crescimento da metrópole. Isso não é feito. Então, cada modo (de transporte) trabalha de forma isolada. A pandemia colocou tudo isso na mesa.

Hoje, temos todas as empresas sofrendo com baixa demanda. Vai haver vacinação, a pandemia vai arrefecer, a economia vai melhorar com o tempo, mas não vai voltar a ser igual. É preciso trabalho de curto prazo, porque as empresas precisam de caixa para passar por esse período; de médio prazo, para, no máximo em um ano, ter estabelecido uma nova forma de trabalhar com mobilidade. O Brasil inteiro sofre com isso. Só que no Rio de Janeiro, as concessões todas dependem exclusivamente da tarifa.

É um problema dos contratos?

O contrato da Supervia tem mais de 20 anos. E não há modernização desse contrato que olhe, por exemplo, para uma faixa de demanda, para que se o concessionário for afetado ele tenha uma compensação e possa manter a prestação de serviço num bom nível. Seria bom para os dois lados. O reequilíbrio extraordinário, em função da pandemia, deveria ter sido resolvido rapidamente. A Agetransp fez uma análise e recomendou que a Supervia tem direito a receber um reequilíbrio extraordinário, do período de março do ano passado até fevereiro deste ano, equivalente a R\$ 216 milhões.

Com isso, pagaríamos nossas contas, sem incluir as dívidas. Mas você não consegue receber isso do Estado, que entrou com um embargo contra essa decisão. O governo sabe dos problemas, conhece a gravidade, há diálogo. O problema é a celeridade e a tomada de decisão. Existe caminho? Sim, tem de se construir. Mas se demorar para começar, pode ser que não se tenha o paciente vivo. Numa analogia com a Covid-19, se você demorar para procurar tratamento, pode ser tarde demais.

Virá uma revisão de contratos?

A gente acredita que sim, porque o problema é real. Não da SuperVia, mas da mobilidade do Rio e do Brasil. Está afetando muito o setor. O PIB vem crescendo, tem uma euforia aí porque o PIB melhorou, só que está muito desequilibrado. Em alguns setores, vai bem. Em outros, muito mal. Regionalmente, por setor e na questão social também. Como comparar o PIB da Baixada Fluminense com o da Zona Sul do Rio? O nosso público é aquele mais carente, que mais sofre com a pandemia e com a economia. É impensável uma cidade como essa ficar sem a mobilidade. Essa discussão toda virá mais forte, com certeza.

Em paralelo, há um crédito de R\$ 200 milhões junto ao Estado?

Temos dívidas de gratuidade (R\$ 50 milhões), que conseguimos fechar um acordo com o Governo do Estado, faltando receber uma parcela de R\$ 12,5 milhões. Mas tem os passivos que vêm de antes da privatização e não conseguimos receber esse montante (R\$ 200 milhões).

Há negociação com o BNDES, maior credor da Supervia?

A dívida com o BNDES (R\$ 840 milhões) vem de empréstimos pagos regularmente. Na pandemia, o setor metroferroviário foi beneficiado por um acordo de suspensão desses pagamentos. Deixamos de pagar R\$ 200 milhões em dívida com BNDES. Ajuda? Sim, mas a empresa precisa de caixa. E, em função da situação da empresa, do comprometimento já com as dívidas, não conseguimos outros financiamentos para capital de giro. E a gente fez durante esse período todo, esforço interno, ganho de eficiência, redução de jornada e de salário, negociação com fornecedores para parcelar pagamentos.



Estação da Supervia em Gramacho, na Baixada Fluminense: redução de trens agrava aglomeração Foto: Fabiano Rocha / Agência O Globo

Conseguimos trazer a empresa até aqui, mas chegou a um limite. Não tem mais condições de prosseguir. Por isso a entrada em recuperação, para ganhar esse fôlego, que seja aí de dois anos e pouco (de reestruturação). Nesse meio tempo, acreditamos que a demanda deve voltar, a expectativa é 2023.

Com a crise hídrica, o custo de energia sobe. Como será?

A gente está no mercado livre. Nosso fornecedor é a Cemig. E a Light. É nessa dinâmica que vamos continuar. Se a crise se agravar muito e tiver possibilidade de racionamento, será uma outra questão, porque o trem não tem alternativa, é energia elétrica.

O dinheiro do Estado do Rio reforçaria o caixa?

A participação do Estado é fundamental. Só a recuperação judicial não vai resolver o problema da Supervia. Quando eu falo de participação do Estado, além do reequilíbrio extraordinário, temos uma série de outras intercorrências que afetam muito o resultado da empresa e o serviço ao cliente. Segurança pública. O número de furtos de cabo nos primeiros quatro meses deste ano foi o dobro do ano passado inteiro. Não são apenas cabos, mas peças e partes metálicas.

O que estão furtando agora é um grampo que prende o trilho ao dormente. O valor número um é segurança, mas para a ferrovia, atrasa o trem, muda a grade horária. E há os tiroteios. Tudo isso, a gente vem discutindo com o governo do Estado. Tem ações que tem ajudado, sim. Mas pela questão econômica, da pandemia, aumentou muito tudo isso. E não estamos conseguindo dar conta.

Cogitaram devolver a concessão?

Já discutimos várias questões, como fechar o ramal menos rentável, devolver tal trecho. Isso tem a dificuldade de afetar a questão social, que tem um peso enorme. Nós colocamos isso, sim, porque afeta a nossa operação. Há trechos de extensão de ramal que dão prejuízo, mas mantemos a operação. É diferente de uma linha de ônibus. Não é uma permissão. É uma concessão, regulada. E cumprimos tudo. Discutimos com o Estado, mas não chegamos a um ponto em comum, a um consenso. A gente não pode parar a operação.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COLOCA EM RISCO MILHÕES DE EMPREGOS NO SETOR DE PETRÓLEO

Federação de sindicatos aponta que as empresas não estão investindo para preparar funcionários atuais para uma economia de baixo carbono

Por Fernanda Nunes, O Estado de S.Paulo

RIO - Citado no Acordo de Paris, o termo transição justa, que prevê a inserção dos trabalhadores no processo de "limpeza" da matriz energética mundial, ainda é um conceito sem muitos efeitos práticos na indústria do petróleo. A conclusão faz parte de estudo encomendado pela federação sindical global IndustriAll, que representa cerca de 50 milhões de trabalhadores de diferentes setores em mais de 140 países.

Segundo a pesquisa, são raras as iniciativas das multinacionais do petróleo para preparar seus funcionários para as mudanças. Ao mesmo tempo, entre os empregados, prevalece o ceticismo quanto às transformações do mercado de trabalho.

Funcionários de diferentes empresas e países entrevistados na elaboração do estudo demonstraram



mais preocupação com a manutenção dos seus empregos e salários após a pandemia de covid-19 do que com a transição energética, fase em que o petróleo será gradualmente substituído pelas fontes renováveis até deixar de concentrar os investimentos e a mão de obra do setor de energia. Para a maior parte dos trabalhadores, esse será um problema das gerações futuras, ainda sem grandes consequências no curto prazo.

Empregados também estão céticos quanto às transformações do mercado de trabalho. Foto: Fabio Motta/Estadão



Para Rodrigo Leão, coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), contratado pela IndustriAll para realizar o estudo, há um descompasso entre o movimento sindical de funcionários da indústria petrolífera, mais atento ao tema da transição justa, e os profissionais envolvidos no dia a dia das empresas. Isso porque a maioria dos que participam da rotina da indústria de óleo e gás ainda não vive a realidade da transição energética.

"O segmento de renováveis ainda representa uma parcela muito pequena dos ativos das grandes petrolíferas. Essas empresas estão se associando a outras, como a startups, para participar da transição. Com isso, muitos dos profissionais envolvidos não são da própria indústria de óleo e gás. Para os trabalhadores petroleiros entrevistados, as mudanças estão no campo da retórica", afirmou Leão.

O que está por vir, no entanto, é uma profunda transformação do mercado de trabalho a partir da transição para uma economia de baixo carbono. Ao mesmo tempo em que serão criados empregos "verdes" nos setores de renováveis e eficiência energética, outros vão ser extintos em segmentos produtivos responsáveis pela emissão de expressivos volumes de gases de efeito estufa. Algumas profissões ainda vão ser adaptadas à nova realidade e vão exigir esforço de capacitação.

A petrolífera anglo-holandesa Shell é um exemplo dessa transformação. A empresa anunciou em fevereiro a revisão da sua estratégia de atuação para se adequar à transição energética. A reestruturação prevê a saída de 7 mil a 9 mil funcionários até o fim do ano que vem, dos quais 1,5 mil devem aderir ao programa de demissão voluntária lançado no Reino Unido, Holanda e Estados Unidos.

"Sobre a capacitação dos funcionários para a transição energética, como disse o CEO da Shell, Ben Van Beurden, a companhia não está iniciando a caminhada do zero", afirmou a empresa, por meio de sua assessoria de imprensa. Os funcionários brasileiros estão inseridos no plano da companhia de utilizar o pré-sal para gerar caixa e financiar a transição energética.

Nesse caso, não será necessária nenhuma capacitação importante para preparar os profissionais para a descarbonização da economia. Na área de renováveis, o plano é construir usinas solares. Estão em estudo projetos em Minas Gerais e na Paraíba.

A avaliação da IndustriAll, no estudo, é que os investimentos das petrolíferas em energia limpa ainda são incipientes. "Quando se trata de transição justa, as ações praticamente inexistem", diz o documento.

Entre as medidas concretas de inserção de trabalhadores na transição energética, a entidade destacou a da norte-americana Chevron, que criou incentivos de remuneração variável para os funcionários que ajudarem a empresa a atingir metas de redução de emissão de gases de efeito estufa até 2023. No Brasil, a Petrobrás inclui ativos de geração de energia a partir de fontes renováveis e biocombustíveis em seu programa de desinvestimento. A estatal tem reafirmado a intenção de focar na produção de petróleo e gás no pré-sal.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/06/2021

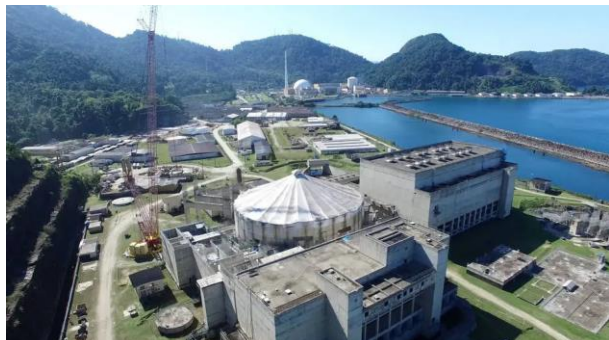
ELETRONUCLEAR FICA LIVRE DE MULTA POR ATRASOS NO INÍCIO DA OPERAÇÃO DE ANGRA 3

Decisão da Aneel tem como base regras previstas na MP 998, que foi convertida em lei em março deste ano, após aprovação do Congresso Nacional

Por Marlla Sabino, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) isentou a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, de qualquer punição por atrasos no início de operação da usina nuclear de Angra 3. A decisão da agência tem como base regras previstas na Medida Provisória 998, que foi convertida em lei em março deste ano, após aprovação no Congresso Nacional.

A MP preencheu uma lacuna sobre a competência da agência para penalizar a empresa por descumprimento do contrato que previa entrega de energia a partir de janeiro de 2016. Em 2015, a empresa pediu para alterar a data, mas a agência avaliou que caberia ao Ministério de Minas e Energia (MME) a palavra final.



Custo da energia de Angra 3 é o mais alto entre todas as fontes disponíveis no País. Foto: Eletronuclear

A Aneel entendeu que não teria competência no caso, pois não houve leilão. O contrato de energia de reserva foi firmado entre Eletronuclear e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, nas condições definidas pelo MME.

A decisão da agência reguladora atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) que, frente à falta de uma conclusão do processo, determinou que o colegiado do órgão finalizasse a análise dos possíveis responsáveis pelos atrasos no início da operação.

Ainda em fevereiro de 2020, a corte de contas exigiu que o governo comprovasse que a retomada da construção da usina fosse, de fato, a melhor alternativa para o País. O custo da energia da usina nuclear de Angra 3 é o mais alto entre todas as fontes disponíveis no País, segundo estudo realizado em 2018 pelo Instituto Escolhas.

Apesar da isenção penalidades aplicadas pela agência, o voto do diretor Sandoval Feitosa ressalta que a análise se limita apenas à esfera administrativa, sob responsabilidade da Aneel, e que não trata de eventuais responsabilidades civis e, eventualmente, criminais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/06/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

AUSTRALIANA KAROON PLANEJA AMPLIAR PRODUÇÃO NO BRASIL

Companhia planeja investir cerca de US\$ 300 milhões até o começo de 2023 para aumentar a produção na área de Baúna

Por Gabriela Ruddy — Do Rio



Julian Fowles, presidente mundial da Karoon, sobre leilões da ANP: “Se houver oportunidade, temos interesse” — Foto: Divulgação

A petroleira australiana Karoon Energy avalia aquisição de novos ativos para expandir a produção no Brasil. A estratégia da companhia é ampla e inclui desde os estudos para participar de leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcados para o segundo semestre, até aquisições de ativos e formação de parcerias. A empresa deu um novo passo em seu relacionamento com o Brasil no começo de junho, ao anunciar que vai desenvolver a descoberta de Patola, localizada dentro do campo de Baúna, na Bacia de Santos.

A companhia planeja investir cerca de US\$ 300 milhões até o

começo de 2023 para aumentar a produção na área de Baúna. A Karoon passou a operar o campo em 2020, após a aquisição no programa de desinvestimentos da Petrobras, transação que marcou sua estreia como produtora no país

Os investimentos incluem cerca de US\$ 100 milhões em intervenções para aumento de produção nos poços existentes de Baúna. Além disso, a petroleira quer investir até US\$ 195 milhões no desenvolvimento de Patola. Os trabalhos incluem a perfuração de dois poços e sua conexão ao navio-plataforma Cidade de Itajaí, responsável pela produção em Baúna.

A campanha de perfuração está prevista para o segundo semestre de 2022 e vai ser conduzida por uma sonda da Maersk Developer, que atualmente está na fase final de um contrato no Suriname.

O presidente global da Karoon, Julian Fowles, disse ao Valor que a expectativa é que, após esses investimentos, a Karoon tenha produção de pelo menos 30 mil barris por dia de petróleo no Brasil no começo de 2023, mais que o dobro da produção atual, de cerca de 14 mil barris/dia. “Estamos muito confortáveis em investir no Brasil, vemos o país como um destino muito atraente.”

Além dos trabalhos em Baúna, a Karoon também avalia desenvolver duas descobertas nas proximidades do campo, as áreas de Neon e Goia, também na Bacia de Santos. Segundo Fowles, um dos próximos passos da petroleira no país pode ser a perfuração de um poço de controle, para estudar as áreas.

“Esses campos são os próximos candidatos no programa de desenvolvimento, mas queremos fazer um investimento que tenha robustez frente às oscilações do preço do barril. Ainda precisamos discutir a melhor maneira de desenvolvê-los. Espero falar mais ao mercado sobre isso ao fim deste ano ou começo do próximo ano.”

A maior parte do foco da Karoon no momento está no aumento da produção, por isso, a empresa avalia oportunidades para aquisições de áreas principalmente nas bacias de Campos e Santos, como operadora ou como parceira.

“Estamos trabalhando ativamente no Brasil, em meio à busca da Petrobras e de outras companhias por parceiros ou compradores de ativos no pós-sal. Participamos de processos para avaliar áreas nas quais podemos investir. Nosso interesse no momento é na Bacia de Santos, conhecemos bem a geologia dela e isso também ajuda a entender a Bacia de Campos”, diz Fowles, acrescentando que, apesar do foco da empresa estar nas bacias mais conhecidas e em ativos em produção, a Karoon estuda a 17ª rodada de concessões da ANP, prevista para outubro.

“Se houver uma oportunidade lógica e valiosa para adicionar ao nosso portfólio, vamos com certeza ter interesse em participar [do leilão]. Mas gostaríamos de ter produção maior no curto prazo, ao invés de áreas de longo prazo, como exploração de fronteira” diz.

Sobre a tendência das companhias de petróleo de acrescentar energias renováveis ou com menor emissão de carbono, como gás natural, aos portfólios, Fowles descarta grandes investimentos nesses segmentos no momento.

O executivo reconhece, no entanto, que a companhia começou a estudar o tema pois vai precisar dar mais atenção às suas emissões.

“A Karoon não vai se tornar uma companhia de energia solar ou eólica no curto prazo, mas estamos interessados em entender esses negócios para reduzir ou anular nossa pegada de carbono. Essa é a coisa certa a fazer e também o mais inteligente, sob uma perspectiva de negócios. Conforme o mundo se torna mais consciente das mudanças climáticas, vai ser difícil encontrar financiamentos a preços razoáveis para novos projetos. Os financiadores vão insistir em manter negócios sustentáveis”, frisa.

Nesse sentido, Fowles destaca que o Brasil é o principal foco de investimentos da empresa australiana para crescer.

“O Brasil está no caminho correto para continuar a atrair investimentos e acreditamos que vai continuar assim. É preciso apenas garantir a estabilidade sobre o regime fiscal e as licenças, por parte órgãos reguladores”, conclui.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2021

SECA NO TIETÊ-PARANÁ DEVERÁ AFETAR ESCOAMENTO DE GRÃOS DE GOIÁS

Barcaças levam 2,5 milhões de toneladas da colheita da região de São Simão ao porto de Pederneiras, em São Paulo

Por Fernanda Pressinott, Valor — São Paulo

A pior seca da bacia hidroviária Tietê-Paraná dos últimos 40 anos deve afetar fortemente o escoamento de grãos da região de São Simão, em Goiás. As barcaças levam 2,5 milhões de toneladas de grãos até o porto de Pederneiras, em São Paulo.

O volume representa menos de 1% da produção nacional de grãos, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) em 271,7 milhões de toneladas em 2020/21. Mas, para os produtores da região, o volume é expressivo.

Como os mapas climáticos já vinham indicando que o inverno de 2021 seria de tempo seco, a busca por modais alternativos foi antecipada. “É claro que a perda de um alternativa de transporte é ruim, mas dessa vez não acontecerá o que houve em 2016, quando os embarcadores e os prestadores de serviços hidroviários foram pegos de surpresa”, diz Thiago Péra, coordenador do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP).



— Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Naquele ano, estudo da EsalqLog mostrou que o impacto econômico para os embarcadores chegou a R\$ 80 milhões. “Tiveram que buscar o transporte rodoviário às pressas, e o frete disparou”, conta Péra.

Neste ano, o sistema de acompanhamento de valores de frete do grupo ainda não detectou um aumento. O principal grão a ser transportado por essa rota no momento é o milho safrinha, que ainda está em campo.

A hidrovía Tietê-Paraná é utilizada no transporte de cerca de 5 milhões de toneladas de produtos por ano. Na lista estão, além dos grãos, sal, areia e outros itens da construção civil.

Nota técnica do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), obtida com exclusividade pelo Valor no último dia 2, diz que a porção alta da bacia do rio Paraná enfrenta uma situação de seca hidrológica “severa e excepcional”. A nota diz que as chuvas na bacia do rio estão abaixo da média nos últimos 22 anos. Na avaliação da série desde 1900, no entanto, a seca mais severa foi registrada entre dezembro de 1968 e setembro de 1971, com auge em março de 1969.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2021

AGÊNCIA VÊ BRASIL BEM POSICIONADO EM MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

AIE entende que o caminho rumo a fontes mais limpas é irreversível e afetará todos os países e empresas, inclusive aquelas que não se reposicionarem

Por André Ramalho, Valor — Rio



O diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), Fatih Birol, disse acreditar no protagonismo brasileiro no movimento de transição energética para uma economia de baixo carbono. Ele destacou ainda que o caminho rumo a fontes mais limpas é irreversível e afetará todos os países e empresas, inclusive aquelas que não se reposicionarem.

Foto : Divulgação/Petrobras

“O Brasil está muito bem posicionado em termos de participar dessa transição para energias limpas e considerando a pegada de carbono. Espero que o país mostre a sua liderança nessa transição para o futuro para as energias limpas na América Latina e também no mundo”, afirmou, durante participação em evento on-line da FGV Energia.

Birol destacou que, além do potencial na geração de energia solar e eólica e na produção de biocombustíveis, o Brasil tem uma “história de sucesso” na geração hidrelétrica que não pode ser ignorada.

Ele antecipou que a AIE deve publicar, até o fim deste mês, um relatório sobre a “importância crítica das hidrelétricas” no contexto da transição energética. “Acho um absurdo que hidrelétricas estejam esquecidas nos debates de hoje”, disse. Durante o evento, o assunto da crise hídrica do país não foi abordado.

Birol também comentou sobre a importância da participação das estatais, e não só das grandes petroleiras privadas, no processo da transição. “Espero que as empresas que estão ignorando [a transição] não fiquem surpresas quando os investimentos estratégicos a longo prazo ficarem prejudicados. Essas empresas nacionais, em todos os países, serão afetadas pela transição”, afirmou.

Hoje, no mundo, as petroleiras europeias (como a BP, Shell, Equinor e Total) assumiram compromissos mais ousados que preveem investimentos crescentes em energias renováveis. Outras companhias, como as americanas ExxonMobil, Chevron e a Petrobras, têm optado por um caminho menos radical, baseado em iniciativas de descarbonização dentro de suas próprias operações em óleo e gás.

O diretor-executivo da AIE destacou, ainda, que a transição energética é um passo irreversível e que nenhum país deixará de ser afetado por ela.

“Olho para os países ao redor do mundo e existe uma corrida para chegar a essas metas climáticas, mas essa corrida não é entre os países, é uma corrida contra o tempo. É uma corrida que alguns países ricos estão começando na frente dos países em desenvolvimento, mas a natureza da corrida funciona de forma que precisamos de que todos os países cheguem ao final de corrida. Se não, ninguém ganha”, disse.

Birol ressalva, contudo, que, apesar do aumento do engajamento de governos e empresas em promessas rumo à transição energética, as emissões globais continuam a crescer. “Cada vez mais governos fazem mais promessas e, na prática, o oposto acontece”, afirmou.

Presente no mesmo evento on-line, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu que a transição energética é um processo “complexo e que varia de ritmo e estágio de acordo com diferentes realidades nacionais e regionais”.

“Também não há uma escolha tecnológica única, nem uma receita universal [para a transição]. O sucesso dependerá de todas as tecnologias e fontes viáveis”, disse.

Ele alega que o Brasil está “bem posicionado”, devido ao fato de a matriz energética nacional já possuir uma presença renovável acima da média global.

Bento disse ainda que o setor privado, no Brasil, “está sensível” às mudanças e reforçou, dentro dos esforços do governo, a intenção de publicar em 60 dias as diretrizes de um programa nacional para o hidrogênio verde.

“Em pouco tempo o Brasil será um dos grandes players internacionais em hidrogênio”, disse.

Sem mencionar a crise hídrica atual do sistema elétrico brasileiro ou expectativas quanto à privatização da Eletrobras, Albuquerque afirmou que o governo segue empenhado em criar um ambiente de negócios favorável a investimentos.

“Nos últimos dois anos, 26% do capital estrangeiro que entrou no Brasil, cerca de US\$ 40 bilhões foram para o setor de energia e mineração, particularmente o setor de energia. E nós entendemos que, com a retomada da economia, não só do Brasil, como mundial, esse ambiente de negócios vai continuar favorável”, comentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ARRENDATÁRIOS TERÃO PALAVRA FINAL NA RENOVAÇÃO COM NOVOS CONCESSIONÁRIOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09 Junho 2021

Secretário Nacional de Portos afirmou que contratos de concessão em portos desestatizados terão período de transição de seis meses, quando termos de arrendamento passarão a ser geridos pelo concessionário privado.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, prometeu segurança jurídica e respeito aos contratos de arrendamento na relação entre concessionários e arrendatários durante a transição do processo entre gestor público e concessionário privado. Piloni explicou a empresários do setor que o contrato de concessão terá um período de transição de seis meses, quando se dará a sub-rogação dos contratos de arrendamento, que passarão a ser geridos pelo concessionário privado. Nesse período inicial, haverá a contratação de uma consultoria que dará suporte técnico à adaptação desse contrato ao modelo de direito privado.

Hoje, esse contrato de arrendamento é pautado por regras de direito público e contém as chamadas cláusulas ‘exorbitantes’, que dão direito a decisões unilaterais por parte do poder público e da autoridade portuária. De acordo com o secretário, o concessionário vai ofertar três opções de consultoria, com escolha ficando a cargo do arrendatário. Contratada a consultoria, haverá tentativa de conciliação por parte do concessionário e os direitos do arrendatário não podem ser alterados. Caso não haja consenso na negociação, caberá mediação da agência reguladora, preservando direitos do arrendatário.

Se a mediação não tiver êxito, o direito do arrendatário poderá manter o contrato da forma como está celebrado hoje com o poder público. “No final das contas, quem tem a palavra final é o arrendatário que estiver em cumprimento das obrigações. O concessionário não tem possibilidade ou direito de alterar regras de arrendamento. A palavra final é do arrendatário”, garantiu, na última terça-feira (8), durante o webinar ‘32ª ASPEN - Desestatização dos Portos Organizados — isso é bom ou ruim? Para quem?’, promovido pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia.

Piloni mencionou que atualmente existem arrendamentos passando até quatro anos em negociação para alteração contratual com o poder público. “Toda a burocracia que temos que amargar num processo de renegociação de contrato deixa de existir numa tratativa privado-privado”, avaliou. O secretário considera que o poder público hoje tem uma lógica de negociação que busca se assemelhar a uma negociação privada. Ele citou que, em Santos, o poder público negou o pleito de prorrogação de contratos não interessante do ponto de vista do porto. “Sempre haverá discussão de mérito se para autoridade pública, ou privada, é interessante prorrogação de um contrato”, completou.

A possibilidade de ajustar contratos será facultada a todos os arrendatários frente ao futuro concessionário, na medida em que existem nos contratos atuais cláusulas exorbitantes da administração pública que deixarão de ser necessárias com a relação passando a ser entre atores privados. O diretor de novas outorgas e políticas portuárias do Ministério da Infraestrutura, Fábio Lavor, frisou que a pasta e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) acompanharão os processos e que o direito aos 35 anos adicionais de concessão será mantido como no formato atual vigente, caso cumpridas as obrigações ao longo dos primeiros 35 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2021

GOVERNO ANALISARÁ RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO EM DESESTATIZAÇÕES CASO A CASO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 09 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Ministério da Infraestrutura mapeia conflitos de interesse, mas entende que nem sempre haverá decisão radical a ponto de alguns players não poderem participar com nenhuma participação acionária nas novas concessões.

O Ministério da Infraestrutura faz um mapeamento da possibilidade de conflitos de interesse nos processos de desestatização, caso o concessionário tenha capacidade irrestrita de operar as cargas no porto. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Diogo Piloni, disse que normalmente existem risco de conflito de interesse, o que não significa que sempre haverá decisão radical a ponto de alguns players não poderem participar com nenhuma participação acionária nas novas concessões.

“Achamos que não é esse o caminho. Podemos ter portos mais complexos que demandem um pouco mais de restrição e portos simples que demandem menos restrição”, declarou Piloni, na última terça-feira (8), durante o webinar ‘32ª ASPEN - Desestatização dos Portos Organizados — isso é bom ou ruim? Para quem?’, promovido pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia. Ele deu o exemplo do Porto de Santos, com três grandes operadores contêineres, que podem demonstrar receio que seu competidor seja concessionário do porto.

Para a desestatização da Codesa, a conclusão do governo é que operadores da região de influência do porto terão participação acionária limitada a 15%, individualmente, e em 40%, no somatório dos operadores da região em questão. A justificativa do governo é encontrar neste processo um ponto de



equilíbrio entre trazer maior competição para o contrato e soluções para valor de outorga, como também soluções de mercado interessantes do porto.

Piloni acrescentou que operadores representados por suas associações setoriais formalizaram recentemente uma proposta de condomínio portuário em que eles passariam a ser os responsáveis pelo canal de acesso do porto. Os operadores entenderam ser interessante a participação ativa nos rumos desse negócio. O secretário considerou que esse tipo de movimento pode ajudar a encontrar soluções de mercado em consórcios que podem reunir diferentes atores, como armadores, operadores e fundos de investimentos.

Para o governo, Itajaí (SC) e São Sebastião (SP) são portos teoricamente mais simples de tocar esse processo. Segundo Piloni, talvez em alguns casos a restrição de participação não faça sentido e possa se exercitar que o concessionário seja também operador. Piloni disse que essa possibilidade está no radar, mas não está totalmente fechada. Ele disse que a Codesa está com processo fechado depois de muita discussão e que há um caminho a ser percorrido para Santos, Itajaí e São Sebastião.

O diretor de operações da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, considerou positiva a posição de que o modelo a ser adotado na Codesa não será o mesmo dos próximos portos a serem desestatizados. Ele acrescentou que o estudo das particularidades é importante para portos com perfis muito diferentes, como Santos e Vitória. Ele considera que precisa ser melhor avaliada a opção de operadores portuários poderem ser concessionários em Itajaí e em São Sebastião. “Existe uma questão ligada aos arrendatários poderem ou não ser concessionários que precisa ser discutida porque não é claro que participação tem que ser totalmente aberta”, avaliou.

O diretor de novas outorgas e políticas portuárias do Ministério da Infraestrutura, Fábio Lavor, disse que Codesa trará aprendizado para o processo em Santos e que os modelos de Itajaí e São Sebastião devem ser bem diferentes nas questões regulatórias, mantendo uma espinha dorsal, mas se atentando principalmente às características específicas desses portos. “Essa questão da concorrência, conflito de interesses, complexo portuário e hinterlândia de proximidade tem sido levada em conta na modelagem e ficará clara nas próximas consultas que abriremos ainda esse ano (São Sebastião, Itajaí e Santos)”, adiantou Lavor. Ele acrescentou que o modelo landlord brasileiro é completamente diferente do landlord dos grandes portos internacionais e está baseado em exemplos de boas práticas aplicáveis ao setor portuário brasileiro.

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que a desestatização da administração portuária mexe com 75% de todos terminais portuários do Brasil. Ele estima que de um universo de 400 terminais portuários no país, 200 hoje estejam sob administração direta portuária e outros 100 terminais de uso privado (TUPs) também fazem uso da infraestrutura. O presidente da ATP ressaltou que a ATP foi favorável ao modelo de desestatização apresentado em 2019 pelo governo e que visava aperfeiçoamento da gestão portuária em todo Brasil. A associação defende a desestatização caso a caso e que cada modelo respeite as peculiaridades de cada autoridade portuária.

Barbosa disse que a autoridade portuária não concorre com os TUPs e que a concorrência é feita entre terminais arrendatários e autoritários. A ATP defende que não deveria haver modificações na área do porto organizado, a não ser com consentimento de todos os atores. Mexer na poligonal, na avaliação da associação, pode aumentar a cobrança de tarifas e até inviabilizar alguns terminais fora do porto organizado.

A coalizão de associações, que inclui a ATP, discute uma posição conjunta a ser levada à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) em agenda marcada para o final de junho. Barbosa contou que, em tese, todos querem o aperfeiçoamento da gestão. Ele salientou que o caso da Codesa trouxe alguns pontos de preocupação. Segundo o presidente da ATP, foi uma decepção grande Barra do Riacho ficar dentro do porto organizado. “Temos que ter preocupação de só adotar um modelo de concessão, ao contrário do que foi vendido de que haveria análise caso a caso”, alertou.



Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 09/06/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006